

Eixo temático nº 4: Economia social e políticas públicas.

ASSENTAMENTOS RURAIS E A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1970-1989): NOTAS DE PESQUISA

Pedro Cassiano Farias de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

(UFF) e bolsista do CNPq

pcfo@hotmail.com

RESUMO:

O presente trabalho pretende fazer uma análise, ainda em fase inicial, sobre o envolvimento do extensionismo rural com os assentamentos rurais criados a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA) do primeiro governo civil (1985-1989) após mais de duas décadas de regime autoritário. A modernização da agricultura brasileira, que se iniciou nos anos de 1970, aumentou significativamente a desigualdade no campo brasileiro. José Graziano da Silva caracterizou esse processo como uma *modernização conservadora*, uma vez que os pequenos produtores – que constituem a maior parte da população rural no país foram excluídos desse processo. O índice Gini, que mede a concentração de terra numa escala de 0 – nenhuma concentração – a 1 – totalmente concentrado, elevou-se ainda mais chegando a 0,90 em 1989.

O Estado ditatorial foi fundamental para esse processo ocorrer sem resistência. Contudo, a partir de meados dos anos 70 focos de conflito e crítica a esse modelo de modernização foram sendo articulados em virtude da quase extinção dos pequenos produtores e trabalhadores rurais de suas terras. A bandeira da Reforma Agrária, eliminada pelo regime ditatorial ainda em 1964, voltou à agenda política nacional como proposta dos movimentos sociais do campo para frear o avanço do capitalismo instituído de maneira predatória.

A política pública de extensão rural promovida pela EMBRATER promoveria o associativismo e o cooperativismo como principal modalidade de organização econômica viável aos assentamentos rurais. O cerne do discurso veiculado era o do cooperativismo como estratégia de organização mais eficaz, pois superava barreiras, assim como democratizava a distribuição dos lucros.

Dessa forma, vemos a ligação da extensão rural como uma política pública de promoção de uma economia social em curso nos assentamentos do I PNRA.